

Memórias do passado fabril e operário da cidade do Rio Grande: construindo narrativas patrimoniais e museais contra-hegemônicas

Memories of the factory and working-class past of the city of Rio Grande: constructing counter-hegemonic heritage and museum narratives

Enviado em: 03-05-2024

Aceito em: 26-06-2024

Olivia Silva Nery¹

Vanessa Avila Costa²

Resumo

A cidade do Rio Grande (RS) ficou conhecida como “cidade das chaminés” em detrimento da sua consolidação como um polo industrial do Rio Grande do Sul. Assim, transformou-se em uma cidade operária. Entretanto, esse passado é constantemente invisibilizado, desvalorizado e ausente no discurso patrimonial local. Este artigo busca analisar os critérios que nortearam a construção de um discurso hegemônico patrimonial rio-grandino e identificar como o patrimônio industrial é representado. As reflexões são frutos de dois projetos de pesquisa e extensão, que atuam como parceiros, e contribuem para a construção de brechas e narrativas contra-hegemônicas. Em termos teóricos, baseamos as análises em uma leitura interdisciplinar do patrimônio industrial, da memória e dos museus. Nossos resultados apontam que os bens relativos ao período colonial e de presença luso-açoriana são mais valorizados do que os do passado operário, contribuindo para a falta de representatividade da maior parte da população nas narrativas patrimoniais e museológicas.

Palavras-chave: Patrimônio industrial, Memória operária, Narrativas patrimoniais.

Abstract

The city of Rio Grande (RS) became known as the “city of chimneys” to the detriment of its consolidation as an industrial hub in Rio Grande do Sul. Thus, it became a working-class city. However, this past is constantly made invisible, devalued and absent in local heritage discourse. This article seeks to analyze the criteria that guided

1Doutora em História (PUCRS). Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural (UFPeI). Bacharel em História (FURG). Atualmente é pesquisadora de Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural (UFPeI) com bolsa FAPERGS (Programa de Apoio à Fixação de Jovens Doutores no Brasil). Coordenadora do projeto Caminho Fabril: patrimônio industrial da cidade do Rio Grande Contato: olivianery@gmail.com.

2 Doutoranda e mestre em Antropologia com área de concentração em Arqueologia (UFPeI). Bacharel em Arqueologia (FURG). Pesquisadora associada do Liber Studium - Laboratório de Arqueologia do Capitalismo (FURG). Bolsista CAPES/Brasil. Contato: vanessaavilacostav@gmail.com

the construction of a hegemonic heritage discourse in Rio Grande do Sul, identifying how industrial heritage is represented. The reflections are the result of two research and extension projects, which act as partners, and contribute to the construction of gaps and counter-hegemonic narratives. In theoretical terms, we base the analyzes on an interdisciplinary reading of industrial heritage, memory and museums. Our results indicate that goods relating to the colonial period and the Portuguese-Azorean presence are more valued than those from the working-class past, contributing to the lack of representation of the majority of the population in heritage and museum narratives.

Keywords: Industrial heritage, Working memory, Heritage narratives.

Introdução

O processo de industrialização brasileiro iniciou em meio às transformações sociais, culturais e econômicas do final do século XIX. O país que tinha como principal recurso econômico o café e outras culturas agropecuárias, viu alguns pontos do seu território alterarem sua paisagem com a instalação de parques fabris. Entretanto, tal transformação ficou por muito tempo restrita a poucas cidades e regiões, aquelas em que o acúmulo de capital, em grande parte oriundo do sistema escravista, das *plantations* ou do comércio, permitiam o investimento no setor industrial. Além disso, era também preciso que esses espaços detivessem condições geográficas e estruturais para que o investimento industrial se desenvolvesse, sobretudo uma linha férrea e um porto marítimo.

Foi a soma destes fatores que atraiu e permitiu que a cidade do Rio Grande, localizada ao sul do Rio Grande do Sul, se transformasse na cidade das chaminés e compusesse um dos principais polos industriais junto com sua vizinha Pelotas. Entre 1873 até 1990, Rio Grande vivenciou duas grandes fases industriais (MARTINS, 2016) que permitiram a instalação de centenas de fábricas. Empresas que, num primeiro momento, tinham capital nacional e estrangeiro, e um perfil produtivo de substituição de exportação com grande destaque para as fábricas têxteis, alimentícias e de fumo. A grande quantidade de fábricas também a transformou em operária, onde milhares de pessoas, homens, mulheres e crianças, trabalhavam em diferentes setores e funções. A historiadora Beatriz Loner (2016, p. 43) ao comparar Pelotas e Rio Grande,

afirma que “[...] uma concentração operária maior, além da existência do porto, com sua facilidade de comunicações com outras regiões e países, tornaram Rio Grande uma cidade com maiores potencialidades para o desenvolvimento da organização operária”.

Assim, por mais de um século, Rio Grande teve sua rotina urbana, sua economia e política voltada para o setor industrial e na formação e consolidação de uma classe trabalhadora. Essa marca indelével do passado fabril contrasta, atualmente, com a ausência de espaços memoriais e patrimoniais que se dediquem a registrar, preservar e compreender esse período, bem como todos os conflitos, lutas, impactos e vestígios que ele deixou na sua população. O processo de desindustrialização iniciado ainda na década de 1960, afetou diretamente inúmeros desses estabelecimentos, que fecharam total ou parcialmente suas portas e desempregaram centenas de pessoas. Ainda que nas décadas seguintes o setor fosse impulsionado pela indústria pesqueira, o sentimento de crise e de desamparo já pairava em solo rio-grandino. Nos anos 1980 e 1990, as chamadas “fábricas de peixe” foram gradativamente desativadas, encerrando o processo de industrialização rio-grandino que transformou significativamente toda a cidade.

Esse cenário de desindustrialização e crise foi motivado por inúmeros fatores, os quais aqui não nos deteremos, pois, esse artigo tem por intuito compreender como foi construído o discurso hegemônico patrimonial, memorial e museológico em Rio Grande e quais são suas consequências para a sociedade local. Motivadas pela questão problema: Em que medida o patrimônio industrial contribui para analisarmos os conflitos e disputas que permeiam a construção da narrativa memorial, patrimonial e museológica da cidade? Nessa mesma direção, como é possível pensar na dicotomia poder da memória e memória do poder à luz do patrimônio industrial e das iniciativas analisadas? Esse artigo busca contribuir para os estudos interdisciplinares do patrimônio, nomeadamente os que estão inseridos no movimento da chamada “virada decolonial em relação ao patrimônio” (CHUVA, 2020, p. 170), na medida que tratam “do direito à memória e de sujeitos silenciados” (CHUVA, 2020, p. 31). Ao ter como ponto de análise o cenário museológico local,

também podemos dizer que este texto se baseia no olhar crítico e contemporâneo da Museologia para suas epistemes e práxis, a partir da “descolonização do pensamento museológico” (BRULON, 2020, p. 5) por significar

a revisão das gramáticas museais, propiciando que patrimônios e museus possam ser disputados por um maior número de atores, materializando os sujeitos subalternizados no bojo de um fluxo cultural intenso que leve à composição de novos regimes de valor, a partir da denúncia dos regime de colonialidade imperantes (BRULON, 2020, p. 5)

Como será exposto no decorrer deste artigo, defendemos a importância de construir brechas e fissuras no discurso patrimonial e museológico dominante na cidade do Rio Grande, para que haja uma maior inclusão da diversidade memorial e identitária local, nomeadamente a representação das memórias e vivências da classe trabalhadora.

Tal posicionamento surge em meio ao desenvolvimento dos nossos projetos e pesquisas, voltados para a valorização do patrimônio industrial rio-grandino e da narrativa operária. Enquanto pesquisadoras, percebemos um forte desejo da comunidade local em narrar e compartilhar suas experiências, vivências e memórias sobre o trabalho e o período das fábricas. Entretanto, os espaços institucionais e as políticas patrimoniais não parecem dar conta dessa demanda e pouco representam essa população. Assim, partimos da hipótese de que as narrativas patrimoniais e museais hegemônicas partem de uma perspectiva da elite e não representam a classe trabalhadora rio-grandina. Tampouco representam as mulheres operárias, que formavam a maior parte da mão de obra nas indústrias têxteis, alimentícias e de fumo.

Para dar conta do problema proposto, nosso referencial teórico transita nos estudos interdisciplinares de memória e do patrimônio industrial, da Museologia Social e das discussões decoloniais surgidas nas Ciências Humanas e Sociais. O Museu aqui analisado é o único que se propõe a narrar a história local, o Museu da Cidade do Rio Grande. Cabe destacar que os

resultados aqui apresentados são das pesquisas realizadas pelas autoras durante o Doutorado³ e Pós-Doutorado⁴.

Em termos conceituais, baseamos nossas análises na definição de patrimônio como sendo fruto de uma “vontade política” (POULOT, 2009, p. 13) e “portador de tempos e vivências [...], lugar de construção e afirmação de identidades” (FERREIRA, 2008, p. 79). Por patrimônio industrial, compreendemos como sendo os bens de natureza material e imaterial pertencentes aos processos de industrialização da sociedade (ÁLVAREZ-ARECES, 2008), sendo este revestido “de valor social como parte do registro de vida dos homens e mulheres comuns e, como tal, confere-lhes um importante sentimento identitário” (AZEVEDO, 2010, p. 19). Nesse sentido, a partir do entendimento de que o patrimônio é uma categoria construída com base nos valores e critérios de um tempo e de uma sociedade, e que esses são variáveis e se alteram com o tempo, também vamos analisar quais fatores históricos e sociais contribuem para a construção dos critérios patrimoniais.

Ressaltamos que, para fins de análise, entendemos que a narrativa oficial patrimonial da cidade é aquela criada e emitida pelo poder público ao longo dos anos, bem como por instituições museológicas locais, privadas e públicas. Uma série de ações e formas de comunicação dessa narrativa são aqui consideradas, desde eventos, festividades, políticas de preservação, etc. Dentro do cenário museológico local, nosso foco de análise é feito a partir do Museu da Cidade do Rio Grande, por ser a única instituição local da tipologia de museu histórico e museu da cidade, que contribui para a construção de uma narrativa oficial. Como será exposto posteriormente, o respectivo museu é

3Os resultados parciais e totais aqui apresentados são frutos de duas teses de doutorado: pesquisa em andamento de Vanessa Avila Costa intitulada “Tecendo narrativas sobre o cotidiano de mulheres operárias na Fábrica Rheingantz: materialidades, memórias e processos de musealização” que está sendo desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (área de concentração em Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPeL). Esta pesquisa se insere no âmbito do projeto de extensão “Objetos e Memórias da Fábrica Rheingantz”, do Liber Studium - Laboratório de Arqueologia do Capitalismo, da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), coordenado pela autora. Os resultados também são oriundos da tese de Doutorado em História da autora Olivia Nery, defendida em 2020 na PUCRS, intitulada “Leal, Santos & C. - a história da fábrica através do seu biscoito: produção, venda, consumo e musealização”.

4Pesquisa de Pós-Doutorado da autora Olivia Nery realizada entre 2020-2022 sob financiamento do CNPq e entre 2022-2023 junto ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da UFPeL.

criado buscando atender um desejo do poder público da época, de construir um museu que conte a história da cidade.

Assim, este artigo está dividido em três momentos. Inicialmente faremos a análise dos elementos que constituem a narrativa hegemônica patrimonial da cidade do Rio Grande. Neste momento, buscaremos os critérios e as ações que reforçam esse discurso, tendo como base os estudos realizados pela arqueóloga Beatriz Thiesen (2009) e pelo arqueólogo Felipe Tramasoli (2015). Ainda neste item, analisaremos o quanto o Museu da Cidade do Rio Grande, traz um outro elemento central no discurso hegemônico: o da burguesia industrial (classe dominante). Em um segundo momento, apresentaremos os resultados e experiências oriundos dos projetos que coordenamos: “Caminho Fabril: patrimônio industrial da cidade do Rio Grande” e “Objetos e Memórias da Fábrica Rheingantz”, na medida em que propõem a construção de uma narrativa patrimonial e museal contra-hegemônica local ao evocar o protagonismo de operárias e operários, seus interesses, vivências, lutas, experiências e saberes. Por fim, apresentaremos outras iniciativas e desdobramentos que têm contribuído para a visibilização e valorização da diversidade cultural, identitária e patrimonial local, bem como os espaços conquistados ao longo desses últimos anos.

Uma cidade portuguesa com certeza? Lembranças e esquecimentos do discurso hegemônico patrimonial rio-grandino

Segundo o museólogo Mario Chagas (2002), a memória - seja ela voluntária ou involuntária, individual ou coletiva - é sempre seletiva. Esse caráter seletivo indica suas conexões com os dispositivos de poder, o que permite politizar o que é lembrado e o que é esquecido. Portanto, podemos dizer que “o poder é semeador e promotor de memórias e esquecimentos” (CHAGAS, 2002, p. 44). Ao falarmos sobre museus e patrimônios da cidade do Rio Grande, é fundamental observar as memórias que são preservadas e aquelas que são invisibilizadas pelas políticas públicas e, conseqüentemente, condenadas ao esquecimento. Temos que considerar que o patrimônio é “um

processo presente, incessante, conflituoso e interminável de reconstrução” (GONÇALVES, 2015, p. 220).

De acordo com a arqueóloga Beatriz Thiesen (2009), a narrativa hegemônica patrimonial de Rio Grande foi construída em torno da sua formação portuguesa e “vocação marítima”. Essa narrativa se manifesta no discurso do poder público municipal e em slogans de empresas privadas, como bem salienta a autora, e também está vinculada a outros grupos ligados à elite comercial e centros que buscam fortalecer esse passado. “O próprio inventário de bens imóveis, listados para preservação, inclui, fundamentalmente, prédios de características portuguesas” (THIESEN, 2009, p. 145), com menor presença (32,35%) daqueles que representam o passado fabril e operário da cidade. Portanto, essa narrativa hegemônica promove a invisibilização do período industrial e das trabalhadoras e trabalhadores das diversas fábricas que foram fundadas no município a partir de 1873.

A marca de ser a primeira cidade construída pelos portugueses no que hoje chamamos de Rio Grande do Sul, contribui para essa narrativa e demarcação. A valorização desses aspectos pode ser compreendida também pelo papel da historiografia de matriz lusitana, ou luso-açoriana, do Rio Grande do Sul. Essa corrente historiográfica tornou-se hegemônica e predominante a partir de 1920 (GUTFREIND, 1992) e buscou minimizar os conflitos identitários e regionais anteriores que “desconectavam”⁵ o Rio Grande do Sul da identidade nacional. Insuflados pela ascensão dos nacionalismos das décadas seguintes, essa narrativa contribuiu para os critérios de seleção patrimonial da região.

Com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico Nacional (SPHAN) e o Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937 com a instituição do tombamento e do conceito de patrimônio, através das políticas nacionalistas de Vargas durante o Estado Novo, os critérios de identificação de bens

⁵O debate historiográfico realizado entre a matriz lusitana e a matriz platina do Rio Grande do Sul envolveu também outras instituições, como o próprio SPHAN e o IHGRS e IHGB. Os pontos de maior conflito envolviam a questão separatista da Revolução Farroupilha e a presença dos espanhóis e jesuítas no território. Para saber mais sugerimos a leitura de GUTFREIND, Ieda. A historiografia rio-grandense. 2a ed. Porto Alegre: UFRGS, 1998. e MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. Das pedras aos lambrequins: a preservação do patrimônio arquitetônico no Rio Grande do Sul do século XX. São Leopoldo: UNISINOS, 2019.

culturais do Rio Grande do Sul foram guiados pela valorização luso-açoriana e o período colonial. Exemplo disso é o tombamento da Catedral de São Pedro, na cidade do Rio Grande, no ano de 1938. A referida Catedral é de arquitetura barroca, e é a igreja mais antiga construída pelos portugueses no Rio Grande do Sul. Foi também na década de 1930, em 1933⁶, que Rio Grande constituiu-se cidade-irmã de Águeda (Portugal). Essa iniciativa busca, desde então, estreitar os laços entre Brasil e Portugal (especialmente entre as duas cidades).

A referência à Águeda é constantemente utilizada em festividades locais, como o caso exemplificado a seguir:



Figura 1: Cartaz de divulgação do evento “Agita Rio Grande” - promovido pela Prefeitura Municipal. Fonte: Site Rio Grande Tem.

AGITA RIO GRANDE é uma iniciativa que aconteceu em 2018, em comemoração aos 25 anos da geminação entre as cidades de Águeda em Portugal e Rio Grande. A proposta foi inspirada em um evento realizado em Águeda, conhecido internacionalmente pela instalação de sombrinhas coloridas que “flutuam” sobre um ambiente, uma rua preparada para receber diversificadas atrações culturais. Em homenagem a geminação, que durante esse longo e frutífero período buscou compartilhar ideias e criar laços de cooperação nas mais diversas áreas: econômica, ambiental, social, entre outras, a Prefeitura Municipal do Rio Grande, através da Secretaria de Município da Cultura e o Partage Shopping Rio Grande promovem esse importante evento que se encaminha para a sua segunda edição, com o apoio da Secretaria de Município da Educação. Vem aí AGITA RIO GRANDE - Conectando Culturas, de 19 a 29 de setembro, no Shopping Partage, com diversas atrações culturais com apresentações artísticas (Prefeitura Municipal da cidade do Rio Grande, 2019 - grifo nosso).

6Lei Municipal nº 4.810, de 21 de setembro de 1993

Para além do respectivo evento, o uso dos guarda-chuvas coloridos como representativos da cidade de Águeda e da narrativa portuguesa, foi utilizado em outros momentos, como o evento da Noite do Centro Histórico (2023) e em ação do Dia das Mães (2022). Essas iniciativas demonstram o quanto o poder público municipal reforça constantemente a narrativa de “cidade portuguesa”, seja através dos critérios que identificam os bens como patrimônio, seja por festas ou referências simbólicas como o uso do guarda-chuva.

A pesquisa desenvolvida pelo arqueólogo Felipe Tramasoli (2015) demonstra os efeitos a longo prazo desta narrativa luso-açoriana na cidade do Rio Grande. Analisando “a narrativa que a cidade construiu sobre si mesma” (TRAMASOLI, 2015, p. 122), o autor identificou três fases: a primeira (1950-1980) chamada de “ode a Silva Paes”, momento em que as histórias da colonização dos portugueses eram marcadas pela ideia de bravura, de heroísmo e superação. Essa narrativa busca se consolidar como “marco inicial da narrativa do Rio Grande do Sul” (TRAMASOLI, 2015, p. 127). Na segunda fase (1980-2000), “cidade histórica”, Tramasoli identificou uma certa dificuldade da comunidade local e regional em se envolver e valorizar a narrativa proposta pela fase anterior. A valorização da Revolução Farroupilha como grande marco identitário sul-riograndense contribuiu para a não identificação do estado com a do pioneirismo rio-grandino e marco histórico. Essa crise de identidade percebida pelo autor, pode ser também motivada pelo período de crise econômica e desindustrialização vivenciada a partir de 1960 e novamente em 1990-2000.

A terceira fase, a partir de 2000, tem como lema o progresso, valorizando a questão portuguesa e de Silva Paes, além de incluir a ideia de progresso e futuro. Esse momento envolve também o início da construção das plataformas de petróleo na cidade e o auge do Polo Naval, bem como seu declínio. Assim, o passado é revisitado buscando dar ênfase na promessa de futuro e de modernidade. As reflexões propostas por Tramasoli (2015) demonstram a complexidade que a cidade lida com sua história e constrói suas narrativas. Da mesma forma, evidencia o quanto tais discursos respingam nas

políticas públicas em torno do patrimônio local e sua preservação/esquecimento. Nas três fases identificadas pelo autor, não há nenhuma que valorize o passado fabril e operário local, mesmo no período de crise e declínio do setor. Tanto Thiesen (2009) quanto Tramasoli (2015) reforçam que a narrativa patrimonial hegemônica rio-grandina recai em torno da questão colonial luso-açoriana, marginalizando outras histórias, memórias e patrimônios. Demais representações culturais, memoriais e identitárias são aqui entendidos como bens que estão à margem dessa narrativa, por terem sido subalternizadas, e buscam seu devido espaço, reconhecimento, valorização e proteção local.

Portanto, o patrimônio industrial relacionado às operárias e operários, foco deste artigo, tanto no seu caráter material quanto imaterial, não foi identificado como relevante pela história oficial local, nem a contribuição indígena, africana e afro-brasileira, apesar da sua inegável representatividade memorial e identitária. Essa realidade também se faz presente no cenário museal, como analisaremos a seguir.

“Rio Grande é uma das cidades com maior número de museus no Brasil”⁷: conflitos entre os industriais e as trabalhadoras

Esse é o título da matéria realizada pela RBS TV em 2017 em alusão à Semana Nacional dos Museus e os 15 museus⁸ identificados pela emissora. Destes, a maior parte pertence à Universidade Federal do Rio Grande - FURG, e dão ênfase na característica marítima e lagunar local. O museu com maior número de visitantes é o Museu Oceanográfico, criado em 1953 e mantido pela

⁷<https://globoplay.globo.com/v/5026151/>

⁸Estes são os museus identificados pelo Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul localizados em Rio Grande (2024): Memorial Sport Club Rio Grande (fechado para visitação), Museu Oceanográfico Prof. Eliézer de Carvalho Rios (aberto), Museu da Cidade do Rio Grande (aberto), Museu de Comunica o Social Rodolfo Martensen (aberto), Museu Antártico (aberto), Ecomuseu da Ilha da Pólvora (fechado para visita o), Museu do Porto (aberto), Fototeca Municipal Ricardo Giovannini (aberto), Pinacoteca Municipal Matteo Tonietti (fechado para visita o), Centro Municipal de Cultura Inah Emil Martensen (fechado para visita o), Museu Naval do Rio Grande (aberto), Sala de Memória Institucional da Subse o Judicial de Rio Grande (aberto).

Universidade desde a década de 1970. Um dos grandes atrativos do museu é a coleção de moluscos e réplicas de animais marinhos que habitam a região.

O cenário museal rio-grandino foi recentemente analisado pela historiadora e autora Olivia Nery, no capítulo “Pensando sobre os museus em Rio Grande” (2021). Neste texto, são identificadas duas características locais majoritariamente exploradas pelos museus: a de cidade histórica e a de cidade marítima e lagunar. No primeiro grupo, encontram-se os museus⁹: Museu da Cidade do Rio Grande, Museu de Comunicação Social Rodolfo Martensen e Fototeca Municipal Ricardo Giovannini. Esses museus, embora contribuam para a valorização da história local e a preservação de bens móveis, têm a maior parte do seu acervo voltado para uma história oficial e representativa da elite local. As outras características e elementos da cultura rio-grandina acabam ficando em segundo ou terceiro plano nessas instituições, ainda que seja possível identificar iniciativas pontuais que busquem preencher tais lacunas e ausências (NERY, 2021).

Essas ausências estão em acordo com uma História Oficial e colaboram para sua manutenção. O Museu da Cidade do Rio Grande, única instituição que tem por objetivo preservar e narrar a história local, apresenta, desde sua gênese, um discurso histórico, patrimonial e museológico que faz parte da narrativa hegemônica rio-grandina e da elite industrial. A primeira pesquisa que se dedicou a compreender a formação do acervo da respectiva instituição e de seus discursos, foi a da historiadora Danielle Manczak dos Anjos (2012). As análises da autora “a aristocracia teve maior participação na constituição do acervo do museu” (ANJOS, 2012, p. 152), ao doarem de forma significativa objetos, fotografias e documentos pertencentes à classe mais abastada local.

A relação com a burguesia industrial local é também analisada por Nery (2020, 2021), ao verificar que a iniciativa de criação de um museu histórico que contasse a história da cidade, foi protagonizada por membros deste grupo. O MCRG nasce numa relação simbiótica com a Refinaria Ipiranga e outras empresas do setor industrial e comercial local, e seu primeiro endereço foi dentro de um dos pavilhões da Fábrica Leal Santos (NERY, 2021). Assim, nas

9 Foram analisados apenas os que estão abertos para visitação.

campanhas de arrecadação de acervo e na construção discursiva sobre os objetos, há um predomínio dos interesses e ideias desta elite e uma ausência das narrativas da classe trabalhadora e das memórias das operárias, sendo estas a grande maioria nas fábricas têxteis, de fumo e alimentícias. Afinal, como salienta a museóloga e arqueóloga Camila Wichers, as narrativas relacionadas às mulheres nos museus “têm sido destinadas ao exílio ou à subalternidade” (2018, p. 143). Ou seja, ainda que a instituição tenha em seu acervo diferentes objetos, fotografias e documentos referentes ao patrimônio industrial local, a forma como ele é exposto, e a narrativa contada a partir dele, acabam reforçando a história da elite industrial, visto que a própria concepção e formação do museu está a ela associada.

Costa (2024) em seu estudo sobre a invisibilização da memória das operárias de indústrias têxteis nos museus rio-grandinos, destaca que apesar de o MCRG apresentar, em sua exposição de longa duração, objetos das antigas indústrias têxteis, tais como um cobertor da Fábrica Rheingantz, rolos de linha e fuso da Companhia de Fiação e Tecelagem Ítalo-Brasileira, além de painéis com fotografias da saída de funcionárias e funcionários da Rheingantz e da fachada da Companhia de Fiação e Tecelagem Ítalo-Brasileira, “a história das mulheres que fiaram estas linhas e que teceram o cobertor não é contada”. Desse modo, elas são “relegadas ao esquecimento, uma vez que as suas cicatrizes, deixadas nas materialidades fabris, e suas identidades, foram ocultadas” (COSTA, 2024, p. 37).

Nesse sentido, é possível entender que o discurso da elite industrial, e de membros da classe dominante, presente no discurso do Museu da Cidade do Rio Grande, soma-se ao discurso luso-açoriano. Em muitos momentos esses dois elementos se sobrepõem, visto que a classe dominante é, em grande medida, formada por descendentes da elite industrial - onde muitos possuem origem luso-açoriana - constituem o discurso hegemônico da respectiva instituição. Assim, a classe trabalhadora, nacional e estrangeira, e outros grupos sociais e culturais, embora numericamente mais expressivos, ficam à margem da representação histórica e patrimonial local.

A narrativa museal exalta o pioneirismo dos fundadores das indústrias, vindos da Europa. Assim, com base no que foi exposto, percebemos que a comunidade rio-grandina, dentro da sua diversidade, ainda não está devidamente representada na instituição, podendo gerar uma dificuldade de pertencimento, apropriação e de envolvimento social, uma vez que ela é formada majoritariamente por ex-operárias (os) e descendentes de operárias(os) das diversas fábricas que aqui se estabeleceram (COSTA, 2024). Ao pensarmos na narrativa dominante do MCRG como sendo a do passado colonial e a da elite industrial, percebemos o quanto este, e demais museus locais, bem como outros espaços patrimoniais e memórias, acabam por “celebrar o poder ou o predomínio de um grupo social, étnico, religioso ou econômico sobre os outros grupos” (CHAGAS, 2002, p. 63). Nesse caso em questão, o domínio da elite industrial sobre a classe trabalhadora, pode ser compreendido como uma continuidade dos conflitos e hierarquias forjados dentro das fábricas (SOBRIÑO, 2004).

Conforme exposto anteriormente, a escolha por analisar o Museu da Cidade como ponto de contribuição para a construção de uma narrativa hegemônica local, tem sentido na percepção de que “os museus têm a função de legitimar um imaginário junto ao público e, quando cumprem sua função, não conseguem modificar este imaginário com facilidade” (SANTOS, 2006, p. 56). Assim, visto que a classe trabalhadora não é representada nem no discurso oficial patrimonial, nem nos espaços museológicos locais, o imaginário social, tal como propõe a museóloga Myrian Sepúlveda Santos, é construído na base do esquecimento e da desvalorização.

Alargando horizontes e invertendo protagonismos

A imagem de cidade portuguesa, ainda que seja predominante em alguns espaços sociais e políticos, não dá conta de representar a maior parte da comunidade rio-grandina. A distância entre a representação (histórica, museal e patrimonial) local e o sentimento de pertencimento e envolvimento com esses bens, é facilmente percebida através de conversas e depoimentos.

A hipótese aqui levantada é a de que a falta de envolvimento da comunidade com aquilo que é oficialmente identificado como patrimônio cultural rio-grandino, é fruto da ausência de bens representativos da vivência do trabalho. Essa percepção encontra sentido naquilo que museóloga Judite Primo (2006, p. 92) defende por patrimônio, como sendo um “espaço de disputa econômica, política e simbólica, o patrimônio está atravessado pela ação dos agentes dos âmbitos privado e estatal dos movimentos sociais”. Percebemos, portanto, o quanto os discursos patrimoniais e museológicos rio-grandinos foram construídos no conflito de grupos opostos, onde predomina a força da classe dominante, seus interesses e representantes.

Considerando os mais de cem anos de industrialização e formação da classe trabalhadora, não ter essas histórias e experiências como parte significativa dos bens patrimoniais e museológicos na cidade, demarca o quanto o processo de desindustrialização também relegou essas pessoas à margem da história oficial por não serem vistas como agentes ativas e importantes dessa história. Pode igualmente explicar a alta recorrência de frases tais como “Rio Grande é a cidade que já teve” (NERY, 2020), pois a o cenário de desemprego, das crises e dos sentimentos de desesperança e angústia oriundos do processo de desindustrialização (SPERANZA, 2023), somado com a exclusão dessas vivências dos locais de memória e patrimônio, há uma desvalorização em série dos referenciais culturais, econômicos e identitários dessa população. Assim, os sentimentos de luto, de nostalgia e de desesperança adquirem terreno fértil, ocasionando uma complexa relação entre passado, presente e futuro. Sem a devida representatividade nos espaços patrimoniais, memoriais e museológicos, essa parcela da comunidade rio-grandina não se sente pertencente à cidade. Nessa perspectiva, atuamos em projetos distintos, porém parceiros, que visam dar visibilidade para o patrimônio industrial e reivindicar seus espaços dentro das narrativas patrimoniais e museológicas da cidade do Rio Grande.

Caminho Fabril: patrimônio industrial da cidade do Rio Grande

Apesar de ser um dos principais polos industriais do sul do Brasil, grande parte dos vestígios materiais desse passado encontra-se obliterado no espaço urbano. Ao transitarmos pelas ruas da cidade, os espaços que antes eram fábricas ou organização e sociabilidade da classe trabalhadora estão invisibilizados e esquecidos. Na década de 1970, durante o processo de desindustrialização, Rio Grande presenciou um grande movimento de verticalização (MARTINS, 2016), o que acabou contribuindo para a destruição ou abandono de locais que até aquele momento faziam parte da vida urbana e operária.

Com o tempo, esse pujante passado fabril e operário foi transformando-se em ruína, relegado à margem das histórias e narrativas oficiais, como demonstramos anteriormente. Nesse sentido, o projeto “Caminho fabril: patrimônio industrial da cidade do Rio Grande”¹⁰ surgiu com o objetivo de tornar visível esses locais e suas histórias. A ideia surgiu em meados de 2019 e consolidou-se em 2020 com a realização da pesquisa de Pós-Doutorado da autora Olivia Nery, no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas, sob supervisão da Profa. Dra. Maria Leticia Mazzucchi Ferreira e financiamento do CNPq através de uma bolsa de Pós-Doutorado Júnior. Inicialmente o projeto tinha por intuito identificar todas as fábricas e demais espaços do passado industrial rio-grandino, incluindo aqueles que já haviam sido destruídos, e mapeá-los em um mapa virtual através do Google Maps. Nesse momento foram identificados mais de 120 pontos e o mapa virtual foi amplamente divulgado através da imprensa e das redes sociais do projeto.

Juntamente com esse mapeamento, o projeto coletou memórias e depoimentos de pessoas que tiveram suas vidas direta ou indiretamente relacionadas a esses espaços. Tendo em vista a pandemia de Covid-19 vivenciada em todo mundo a partir de 2020, essas memórias foram coletadas, majoritariamente, no formato virtual e escrito. Ao todo foram mais de sessenta

¹⁰Projeto de Extensão da Universidade Federal de Pelotas, cadastrado sob o número 6917-1 junto ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Site: <https://caminhofabrilrg.wixsite.com/site>

depoimentos registrados entre os anos de 2021 e 2022. São memórias de trabalhadores, trabalhadoras ou de seus familiares, que contribuem de forma significativa para a compreensão do universo do trabalho, das experiências, das dificuldades e representações simbólicas e afetivas que envolvem o patrimônio industrial.

Esses depoimentos demonstraram o quanto o trabalho nas fábricas é um forte marcador de memória e de temporalidade, repassado entre as gerações e definidor de identidades (NERY, 2023). Com esses relatos, e as demais interações com a comunidade que surgiram em decorrência do projeto, ficou evidente o quanto a comunidade rio-grandina demanda por espaços em que essas histórias e memórias sejam devidamente ouvidas, acolhidas e respeitadas.

Tais narrativas demonstram, de diferentes formas, o quanto foram relegadas à margem do discurso patrimonial local e as consequências dessa ação. Em muitos casos, sobretudo nas entrevistas orais, é comum que a pessoa entrevistada inicie afirmando: “não tenho muito o que contar, fui só uma trabalhadora de fábrica”. Essa simples frase pode servir como indício da desvalorização destas memórias e vivências, principalmente quando comparadas às narrativas heroicas “de personagens ilustres” do patrimônio e da história oficial local. Há, em certa medida, a permanência do que foi identificado por Pedroso (2011) como certo estigma do trabalho fabril, pois muitas dessas pessoas eram constantemente inferiorizadas e desvalorizadas por serem trabalhadores de fábrica, nomeadamente aquelas que estavam em fábricas de pescado (PEDROSO, 2011).

Ademais, essas narrativas expõem questões como desigualdades sociais e econômicas, exploração, assédios, e demais elementos da própria luta de classes que, em alguma medida, ferem a representação dos personagens ilustres (industriais e membros da classe dominante) homenageados pela toponímia e pelo discurso oficial local. As memórias do trabalho, evocadas pelos próprios trabalhadores, ou seus familiares, dão luz ao cotidiano, aos sonhos, aos desejos, aos desafios e às necessidades de um grupo que foi subalternizado ao longo das últimas décadas.

[...] As doenças e as mutilações pelo local insalubre que trabalhavam também ficaram na minha lembrança, dedos decepados por facas ou caixas de pescados que caíam nas mãos dos e das trabalhadoras, diziam que às vezes estavam com os membros tão gelados e nem sentiam a dor do acidente [...] A tristeza dos jovens que muitas vezes aos 15 anos já iam para a fábrica era marcante, e também não podiam “errar” pois o “capataz” poderia punir o adulto que era responsável pelo jovem. Mas alguns gostavam e eram muito orgulhosos de trabalharem no local, sustentar a família e tal ... esse é o meu olhar¹¹.

Esse depoimento, coletado através do site do projeto, demonstra algumas das inúmeras situações em que esses trabalhadores e trabalhadoras ficavam expostos no trabalho. Os acidentes, a insalubridade e a tensão do trabalho, contracenam com o orgulho e a possibilidade de sustentar a família. Relatos como esse reforçam a complexidade da memória do passado fabril e operário, e das próprias relações entre passado e presente.

A partir de 2022, com as medidas de prevenção da pandemia de Covid-19 atenuadas e flexibilizadas, o projeto passou a promover caminhadas que percorrem alguns dos espaços mapeados, com o objetivo de sensibilizar e valorizar o patrimônio industrial e suas memórias. Em 2023, buscando fortalecer as atividades de cunho extensionista e de contato com a comunidade local, o projeto transformou-se em Projeto de Extensão da Universidade Federal de Pelotas e, além de promover as caminhadas mensais (Figura 1), também realiza outras atividades de divulgação da história e do patrimônio industrial local.



Figura 2: Caminhadas do projeto “Caminho fabril: patrimônio industrial da cidade do Rio Grande” (2024). Fotografias de Melissa Araujo e Isabelle Chaves. Fonte: Acervo pessoal.

¹¹Depoimento coletado através do formulário do Projeto “Caminho fabril: patrimônio industrial da cidade do Rio Grande”, em 2022. A depoente solicitou não ser identificada.

As caminhadas são abertas ao público, gratuitas, realizadas aos finais de semana, e duram cerca de 2h30. Até o momento foram realizadas oito caminhadas com mais de 200 participantes, com uma faixa etária diversificada. Em todos os encontros realizados foi possível escutar memórias e vivências de familiares ou dos próprios trabalhadores, que fizeram as atividades do projeto. Esses momentos são de grande valia para a atividade, sobretudo por proporcionarem a escuta ativa do grupo participante, a oportunidade do diálogo e da valorização destas pessoas e suas experiências. Além disso, vale ressaltar que as caminhadas contam com um apoio de material visual com fotografias dos locais visitados, seus trabalhadores e trabalhadoras, bem como a leitura de alguns depoimentos coletados na primeira fase do projeto.

O uso dessas ferramentas visa ocupar, ainda que simbolicamente, esses espaços com as memórias das pessoas que antes dedicavam seu tempo de vida e de trabalho. Trata-se de uma forma de fazer presente as memórias e experiências que foram relegadas ao esquecimento com o passar do tempo. O objetivo é também sensibilizar as pessoas que participam do projeto para esse passado tão marcante na história e na identidade da cidade, e incentivar a valorização destas vivências dentro de suas famílias, amigos e conhecidos.

Os relatos de experiência daqueles que participam da atividade, reforçam a importância de uma reordenação do discurso oficial patrimonial, possibilitando espaços de escuta e de reconhecimento de memórias que até então não haviam sido identificadas como relevantes para a história rio-grandina. Constantemente os próprios participantes levam para as caminhadas carteiras de trabalho ou fotografia de familiares, tornando-se porta-vozes representantes de seus antepassados trabalhadores. Esse exercício de sensibilização e valorização do patrimônio industrial é feito com o objetivo de aumentar as fissuras e brechas do discurso hegemônico, e na construção de um cenário patrimonial mais diverso e democrático.

Em termos teóricos, o respectivo projeto se baseia nos princípios da História Pública, a partir do que defende Marta Rovai (2018, p. 187): “a História Pública é um posicionamento intelectual e político de observação da realidade”, trata-se também de um “posicionamento político, [...] responsabilidade e

compromisso em relação à produção, divulgação e circulação aos acontecimentos históricos (ROVAI, 2018, p. 186). A História Pública, nesta direção, entende que nas narrativas sobre o passado não podem ser “privilégios de poucos” e busca múltiplas visões e versões da História (ROVAI, 2018).

A busca por uma história engajada, democrática e horizontal (ALMEIDA; ROVAI, 2013), por meio da abertura de espaços de escuta, registro e valorização das memórias em torno do patrimônio industrial também tem respaldo no movimento da História Pública. Em concordância com o que salienta Meneses (2018), entendemos que o patrimônio é ponto chave para pensarmos nas narrativas públicas, disputas, conflitos e tensões que envolvem esses bens. Nesse sentido, pensar o patrimônio industrial rio-grandino através da perspectiva da História Pública, permite que este público seja devidamente ouvido e respeitado, bem como tenha suas opiniões, interesses e vivências representados e considerados no espaço público.

Conforme apresenta a historiadora Anita Carneiro (2023), coordenadora do projeto “Caminhos da Ditadura de Porto Alegre”, propostas que visam ocupar espaços da cidade, e seus patrimônios, encontram base na ideia de “cidades educadoras” promovida pela Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE). Embora Rio Grande não seja uma das cidades associadas, entendemos que as propostas da Associação colaboram na construção de cidades mais democráticas e incentivam a cidadania e a justiça social.

Por fim, salientamos que o projeto está em constante atualização e tem por objetivo construir espaços de escuta para essas narrativas e vivências, e que estas sejam respeitadas e valorizadas no cenário local. Pretendemos, através das várias ações, cada vez mais, incluir o patrimônio industrial como parte da narrativa oficial e, com ele, toda a sua complexidade memorial e identitária. Mais do que a simples inclusão dessa narrativa, entendemos o patrimônio dentro do que defende Gonçalves (2007, p. 31), como “bom para agir”, e almejamos que o movimento de valorização desse passado operário possibilite uma mudança efetiva na autoestima local, na construção de políticas

públicas que atendam as demandas da comunidade e melhorem a qualidade de vida.

Projeto Objetos e Memórias da Fábrica Rheingantz

Dentre os diversos complexos industriais que se estabeleceram em Rio Grande, a Fábrica Rheingantz destaca-se não apenas por ter sido a primeira fábrica da cidade e a indústria têxtil mais antiga do estado do Rio Grande do Sul, mas também pelo forte vínculo afetivo e identitário que a comunidade rio-grandina possui com este patrimônio. Afinal, não é um exagero dizer que quase todo rio-grandino possui um familiar ou conhece alguém que nela trabalhou.

A Fábrica Nacional de Tecidos e Panos de Rheingantz & Vater foi fundada em 1873 por Carlos Guilherme Rheingantz, de origem alemã, juntamente com seu sogro, o português Miguel Tito de Sá, e o alemão Hermann Vater. No Brasil, foi pioneira na instalação de um setor de fiação penteada, no ano de 1904, o que possibilitou a produção de tecidos finos e casimira (SILVA, 2012). Trabalhou prioritariamente com o processamento da lã (FERREIRA, 2013, p. 73), dedicando-se à produção de tecidos para a confecção de roupas, como ponchos, jaquetas e casacos, e de cobertores e tapetes, além de fornecer capas e cobertores para o exército brasileiro (PAULITSCH, 2008) nas duas guerras mundiais. Conhecida mundialmente pela alta qualidade de seus artigos têxteis, que eram exportados para outros países, chegou a empregar 2.000 funcionários (SILVA, 2012), sendo estes, em sua maioria, mulheres, que trabalhavam na produção, em setores como classificação da lã, fiação cardada e penteada, preparação, tecelagem, preparo das peças, costuraria, entre outros. Já os operários homens trabalhavam majoritariamente nas oficinas de mecânica e marcenaria, nos setores de lavagem e tingimento da lã, expedição, e outros. Desse modo, se estabelecia “a divisão sexual do trabalho no interior do ambiente fabril, que refletiu diretamente na exploração do trabalho feminino” (COSTA, 2024, p. 8).

Como destaca Costa (2024), até a falência da Rheingantz em 1968, os superiores eram homens europeus ou descendentes de europeus, já que nas

primeiras décadas do século XX “a empresa ampliou e aprimorou o processo de fabrico de tecidos de lã e para tanto incentivou a vinda de estrangeiros, predominando os alemães nos setores técnicos da empresa”. Em setores “como carpintaria, marcenaria e tapeçaria, os mestres eram igualmente de origem europeia, tais como italianos, poloneses e portugueses” (FERREIRA, 2013, p. 74).

No ano de 1968 a fábrica decretou falência e em 1970 foi reaberta com a denominação de Companhia Inca Têxtil, não pertencendo mais à família Rheingantz. Em 1990 finalizou definitivamente suas atividades. Contudo, ficou conhecida entre a comunidade rio-grandina como Fábrica Rheingantz e até os dias de hoje é assim chamada.

Tombada em 2012 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul (IPHAE), desde 2020 a Fábrica Rheingantz passa por um processo de revitalização, com a restauração de suas edificações tombadas, e tem como projeto futuro a criação de um museu da antiga indústria. Neste mesmo ano, durante o início das obras no complexo, diante do esquecimento da memória operária da indústria pela narrativa hegemônica do município, a arqueóloga Vanessa Costa cria a exposição virtual “Procura-se Objetos e Memórias da Fábrica Rheingantz” através do site do Museu Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense, que buscou, através da materialidade da Rheingantz, sensibilizar a comunidade rio-grandina sobre a importância da valorização das narrativas da classe operária e estabelecer diálogos acerca dos vínculos que possuem com o patrimônio industrial, para que fosse possível contar as histórias das pessoas que trabalharam na fábrica.

Para que a exposição pudesse ser criada durante a pandemia, foi solicitado, por meio das redes sociais, que as pessoas enviassem fotos de materialidades referentes à indústria, que ainda guardavam em casa, juntamente com as histórias que estas carregam. Entre artigos têxteis produzidos pelas operárias na fábrica, carretéis de linha da antiga costuraria, carteiras de trabalho e outros objetos, estavam diversas memórias e narrativas que foram invisibilizadas e que precisavam ser contadas, mas que até então não haviam encontrado um espaço para que fossem ouvidas. Eram histórias de

ex-operárias e ex-operários que guardaram, junto com seus objetos da Rheingantz, a memória do ofício que um dia desempenharam. Mas também de familiares de pessoas que trabalharam na indústria que, com carinho, lembram de seu ente querido já falecido que dedicou sua vida à indústria, através do objeto que deixou. Outro público significativo, que consumia as peças da fábrica, contou a história de casacos, ponchos e outros artigos têxteis que compraram na loja da Rheingantz ou que herdaram de familiares que já partiram, mas que neles deixaram suas marcas. Além disso, a exposição iniciava com uma narrativa em primeira pessoa em que Vanessa contava a história de sua avó, a ex-operária Dalva Freitas Costa, através dos objetos da Rheingantz que ela ainda guarda em casa.

Estas memórias, carregadas de afeto, emoção e nostalgia, continuaram sendo contadas após a realização da exposição. Ficou evidente que era necessário criar um projeto de longa duração onde as histórias das pessoas que trabalharam na fábrica ganhassem visibilidade, especialmente as das mulheres que formavam a maior parte de sua mão de obra e que estavam ainda mais soterradas. Assim surge, em agosto de 2020, mês em que se comemora o Dia Nacional do Patrimônio Cultural, o projeto de extensão *Objetos e Memórias da Fábrica Rheingantz*. Vinculado ao *Liber Studium - Laboratório de Arqueologia do Capitalismo da Universidade Federal do Rio Grande (FURG)*, sob a coordenação de Vanessa Costa, o projeto busca trazer à tona a materialidade da Fábrica Rheingantz e suas relações com as pessoas que trabalhavam na indústria, especialmente com as mulheres operárias. Com o objetivo de promover a valorização das memórias dessas pessoas e o reconhecimento da importância das trabalhadoras e de seus saberes para a construção da cidade do Rio Grande, desde sua criação estão sendo realizadas diversas ações. Estas buscam “não apenas costurar as suas memórias, afetos e vivências às materialidades da Rheingantz, mas, sobretudo, a ‘preservação de pessoas’ (FIGURELLI, RIBEIRO & MESSIAS, 2016, p. 134) e de suas marcas deixadas em cada parede da antiga fábrica, em cada máquina que trabalharam e em cada artigo têxtil que confeccionaram” (COSTA, 2024, p. 46).

A atuação do projeto, por conta da pandemia da Covid-19, inicia através das redes sociais¹², em *posts* realizados de forma colaborativa com as pessoas que trabalharam na indústria e familiares, buscando contar a sua história através de objetos, fotos e documentos. A partir de 2021, paralelamente à tese de doutorado em desenvolvimento de Vanessa Costa no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), intitulada “Tecendo narrativas sobre o cotidiano de mulheres operárias na Fábrica Rheingantz: materialidades, memórias e processos de musealização”, estão sendo realizadas diversas ações juntamente com ex-operárias(os), “de modo a valorizar suas memórias, saberes e experiências, buscando conectar os elementos tangíveis e intangíveis que compõe o patrimônio industrial” (COSTA, 2024, p. 45). Essas ações são mediadas pelo mundo material da Rheingantz e seguem os pressupostos teóricos e metodológicos da arqueologia colaborativa e decolonial, a partir das arqueólogas indígenas Sonya Atalay (2006) e Tara Million (2005).

Em todas as ações, as mulheres, que eram uma grande força de trabalho, são protagonistas. No âmbito do projeto, elas apontam suas demandas, como o reconhecimento da importância de suas histórias e do saber-fazer relacionado à “arte de tecer”¹³, e traçam estratégias para a sua valorização e preservação. Citamos como exemplo a performance de dança contemporânea “Tecer”, criada e apresentada para o público no ano passado pela filha da ex-funcionária Mirlane Garcia de Oliveira, a coreógrafa Thaynara Garcia de Oliveira, e seu grupo de dança, durante a Semana do Patrimônio na antiga indústria. Na coreografia, que inicia com um som de apito de fábrica semelhante ao da Rheingantz, encontrado pela ex-funcionária no YouTube, diversos tecidos coloridos são movimentados em meio aos antigos teares que estão no local onde futuramente será o Museu, performando o cotidiano das operárias do setor da tecelagem, onde Mirlane trabalhou. Além disso, quando possível, levando em conta que as ex-operárias são mulheres idosas que

12Instagram: <https://www.instagram.com/vanessaavilacosta?igsh=MWJsbzZxcXBobWlybA==>

Página no Facebook: <https://www.facebook.com/fabrica.rheingantz>

13Aqui incluímos todos os saberes das ex-operárias relacionados ao universo da tecelagem: desde a classificação da lã até a confecção dos artigos têxteis na costuraria.

apresentam entre 60 e 104 anos de idade, as visitas de escolas na fábrica são guiadas por elas, que compartilham suas memórias, conhecimentos e experiências com estudantes.

Outras ações desenvolvidas pelo projeto são: a roda de conversa com ex-funcionárias(os) intitulada "Roda de Memórias da Fábrica Rheingantz", a realização de visitas e gravações de vídeos com ex-operárias na fábrica para divulgação nas redes sociais do projeto, a gravação do documentário "Vivências cotidianas de operárias na Fábrica Rheingantz"¹⁴ em 2021 com as ex-operárias Marilda Silva, Ilca Rodrigues e sua filha Clara Rodrigues e Mirlane Garcia de Oliveira e a exposição itinerante "Lãs que tecem memórias: cotidianos de mulheres operárias na Fábrica Rheingantz", que foi construída em 2022 juntamente com as antigas trabalhadoras da indústria e que busca manifestar os cotidianos do trabalho feminino através dos objetos da fábrica pertencentes a elas, como os artigos têxteis produzidos pelas trabalhadoras, recursos sonoros, como apito e ruídos dos teares, e de fotos e depoimentos das operárias (Figuras 3, 4 e 5).



¹⁴O documentário está disponível no YouTube e pode ser acessado através do seguinte link: <https://youtu.be/qU8WRAgR2dQ?si=yj7orsVd0gkNPi2i>



Figura 3: Visita da ex-operária Armelinda Marques realizada em abril de 2023 em comemoração ao seu aniversário de 103 anos. Fonte: Acervo do projeto “Memórias da Rheingantz”.

Figura 4: Ex-fiandeira Neiva Maria Nunes na exposição “Lãs que tecem memórias: cotidianos de mulheres operárias na Fábrica Rheingantz” segurando a foto que tirou na indústria na década de 1970 e que fez parte da exposição. Semana do Patrimônio, Fábrica Rheingantz, 2023. Fonte: Acervo do projeto “Memórias da Rheingantz”.

Figura 5: 3º Roda de Memórias da Fábrica Rheingantz, realizada na antiga indústria, na Semana do Patrimônio de 2023. Fonte: Acervo do projeto “Memórias da Rheingantz”.

Uma ação que também merece destaque é a performance “O despertar dos sentidos: uma viagem à Rheingantz dos anos 50”. Nesta performance, as integrantes do projeto Luciana dos Santos e Taís Lubke se caracterizam com roupas da década de 1950, criadas pelas designers de moda Aline Porto e Débora Flores. Luciana, com vestido de festa e com a faixa de Princesa do Esporte Clube União Fabril, fazendo alusão à sua tia, Susana dos Santos, que ganhou esse título em um concurso realizado no clube no ano de 1956, sendo ela também operária da Fábrica Rheingantz. Taís, caracterizada como uma operária da década de 50, interpretando uma tecedeira que narra a sua dura rotina de trabalho na fábrica, especialmente os graves acidentes de trabalho que as operárias que trabalhavam nos teares sofriam. Seu objetivo principal é despertar nas pessoas suas memórias relacionadas ao cotidiano das trabalhadoras da Fábrica Rheingantz.

Salientamos que as ações do projeto, realizadas com ex-operárias, são inspiradas pelo trabalho dos museólogos Gabriela Figurelli, Diego Ribeiro e Andréa Messias (2016) no Museu de Morro Redondo, que defendem a realização de ações com pessoas idosas que “estimulem a recordação, na valorização das experiências vividas, das emoções sentidas, dos saberes

construídos, das histórias afetivas, das relações significativas e que reforçam a ideia do sujeito como agente da memória, produtor de cultura e conhecimento” (p. 137). Além disso, destacam o potencial terapêutico do espaço museal ao buscar a recordação de suas experiências, contribuindo para a saúde mental dessas pessoas.

Conquistando novos espaços: brechas e fissuras no discurso hegemônico

Ao longo do fazer científico e epistêmico das nossas investigações e ações, consideramos imprescindível uma atuação que se aproxime da gestão pública. A tentativa de romper algumas barreiras entre as Universidades, os espaços públicos e políticos, faz parte do comprometimento científico com a sociedade e da compreensão do patrimônio como um catalisador de mudanças e transformações. Nesse sentido, percebemos que o próprio desenvolvimento dos respectivos projetos aqui apresentados, juntamente com o diálogo mantido com a gestão municipal e outras instituições e entidades locais, têm ocasionado mudanças importantes no cenário patrimonial e museológico.

A soma de esforços, não apenas dos nossos projetos, como de outras pesquisas anteriormente desenvolvidas, é de suma relevância, pois possibilita a quebra, ou a formação de pequenas fissuras da narrativa hegemônica e a inclusão das memórias e experiências da classe trabalhadora rio-grandina. Nesse sentido, destacamos algumas ações que consideramos desdobramentos e propulsores dessas fissuras memoriais e patrimoniais, que contribuem para a retirada dessas memórias do esquecimento.

A primeira aqui apresentada é a confecção do Álbum “Figurinhas do Rio Grande”, realizado pelas Secretarias Municipais de Cultura, Esporte e Lazer e a de Educação e produzido pela Associação Otroporto Indústria Criativa. A primeira edição do álbum possui 90 figurinhas e temáticas que abordam a história da cidade, lugares históricos, figuras importantes e o patrimônio

material e imaterial¹⁵. O material foi produzido com o objetivo de ser distribuído para as escolas municipais e “despertar o sentimento de amor, pertencimento e valorização da nossa cidade entre esses estudantes” (SANTOS, 2022). Se na primeira edição, a narrativa histórica e patrimonial tem mais ênfase na história oficial, muito embora também destaque a figura de Carlos Santos, homem negro com forte atuação na luta pelos direitos da classe trabalhadora, a segunda edição¹⁶, lançada em 2023, trouxe elementos ainda mais diversos. Dentre as figuras femininas identificadas como importantes para a história rio-grandina, estão duas mulheres marcantes para a classe trabalhadora e para o movimento feminista: Angelina Gonçalves e Guaraciaba Cardoso e Silva.

Angelina Gonçalves foi operária da Fábrica Rheingantz, participou da Sociedade União Operária e do Partido Comunista Brasileiro. Atuou fortemente na luta pelos direitos da classe trabalhadora na cidade do Rio Grande e foi morta durante uma manifestação do Dia do Trabalhador, no 1º de maio de 1950, juntamente com outros trabalhadores. O fatídico episódio ficou conhecido como Massacre da Linha do Parque ou 1º de Maio Sangrento, sendo um fato importante na história e na memória operária local. Guaraciaba Cardoso e Silva foi enfermeira e a primeira vereadora do município, participou juntamente com Angelina Gonçalves da União das Mulheres Rio-grandinas, responsável pela luta “contra o aumento dos preços dos alimentos de primeira necessidade [...] desempenhou um papel significativo ao oferecer cursos de alfabetização para as mulheres de Rio Grande” (MATOSO, 2024). A inclusão dessas duas mulheres, juntamente com outros nomes femininos importantes para a história local, como a quilombola Maria B’Gala, dentre outras, demonstra uma conquista dentro de um espaço que anteriormente não incluía essas narrativas e suas personagens.

Há uma perceptível mudança positiva também no que tange ao número de fábricas e vivências operárias representadas na segunda edição.

15Fala de Thays Rodrigues Santos, professora responsável pela Educação Patrimonial dos anos finais da Secretaria de Educação.

16 “Executada com o financiamento da Lei Federal de Incentivo à Cultura, patrocínio da SAGRES E DO CCFL - Termasa, apoio da Prefeitura Municipal do Rio Grande”. Saiba mais em: <https://www.carmendasilva.com.br/noticias/album-de-figurinhas-destaca-a-trajetoria-de-mulheres-rio-grandinas-35/>

Inicialmente, o álbum fazia referência apenas à Fábrica Rheingantz, já na segunda edição outros estabelecimentos são contemplados, como a fábrica têxtil Ítalo-brasileira (conhecida pela comunidade como Fábrica Nova) e a fábrica de pescados Pescal. Nesta última, a imagem de uma trabalhadora fazendo o corte do peixe com uma faca, é representativa desse grupo de mulheres e homens que foi muito estigmatizado no cenário local (PEDROSO, 2011), sobretudo ao ser associado aos cheiros ruins e fortes de peixe, ou por terem desempenhado cargos mal remunerados e desvalorizados. Além desses aspectos mencionados, diretamente relacionados ao passado industrial, há também menção aos povos originários, a outras expressões culturais que fogem do discurso tradicional.

Na Semana do Patrimônio promovida em 2023, também houve uma maior abertura e diversidade temática na concepção e programação do evento. Titulada “Semana do Patrimônio - Das Águas ao Cais de Pedra”, representantes das comunidades indígenas, dos povos de matriz africana e pescadores artesanais, estiveram presentes e promoveram diferentes atividades, além de ex-operárias da Fábrica Rheingantz e familiares. Conforme exposto anteriormente, os projetos aqui apresentados também participaram do evento.

Outra importante demarcação e conquista é a confecção de placas indicativas contendo um breve histórico de cinco espaços relacionados com o passado fabril e operário do município. As placas foram concedidas pela Prefeitura Municipal em 2024 e fazem parte do projeto “Rio Grande um museu a céu aberto”, o qual identifica diferentes pontos que têm importância histórica local. A escolha dos cinco locais foi feita por um coletivo¹⁷ de pesquisadoras e pesquisadores, selecionando bens que representativos para a comunidade local, sendo eles: Antigo Ambulatório Médico e Casas do Corredor da Fábrica Rheingantz, Antiga Fábrica de Charutos Poock, Chaminé da Antiga Fábrica Ítalo-brasileira, Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Fiação e Tecelagem e Clube Recreativo Braço é Braço. Todos esses espaços foram

¹⁷A escolha dos locais e a elaboração dos textos teve a participação dos pesquisadores: Olivia Nery, Vanessa Ávila Costa, Felipe Bresolin e Chandler Siqueira. Agradecemos a parceria e o apoio a essa iniciativa.

muito relevantes para a história fabril e operária, mas esse histórico tem sido obliterado nas últimas décadas e ficado à margem dos discursos patrimoniais e museológicos.

Todas essas iniciativas aqui mencionadas colaboram para a construção de uma quebra na narrativa hegemônica patrimonial e discursiva sobre a história da cidade, que enfatiza principalmente o período colonial e a relação luso-açoriana, e trazem elementos da diversidade cultural e de experiências que fazem parte da identidade e da memória local. Sabemos que ainda há muito o que trilhar e ser conquistado no cenário rio-grandino, mas reconhecemos que cada passo tem grande contribuição para o futuro que acreditamos ser possível.

Aspectos conclusivos

Retomando os objetivos deste texto e os questionamentos que guiaram nossas reflexões, concluímos que a construção da narrativa patrimonial e museal hegemônica da cidade do Rio Grande tem como foco o passado colonial luso-açoriano e o da classe dominante. Esse discurso foi construído em meio ao processo de subalternização e marginalização das memórias, vivências, experiências e lutas da classe trabalhadora e de outros grupos sociais e culturais.

A tentativa de apagamento traz diversas consequências para a comunidade rio-grandina. Enquanto pesquisadoras locais, percebemos a baixa autoestima da população, a dificuldade em se relacionar e se apropriar dos bens institucionalizados como patrimônio, bem como dos próprios museus locais. Esse cenário, que ainda necessita de outras pesquisas, é aqui compreendido como fruto da ausência do elemento mais presente e marcante da cidade do Rio Grande: o das trabalhadoras e dos trabalhadores.

Com o processo de desindustrialização iniciado em 1960, houve o aumento do desemprego, do sentimento de desesperança e do medo. As décadas que se seguiram, embora tivessem um movimento das indústrias pesqueiras, foram marcadas pelo encerramento total do ciclo produtivo iniciado

no final do século XIX e início do XX. Essa transformação deixou marcas econômicas, sociais, culturais, mas também memoriais.

Perderam-se as fábricas, os empregos e também as referências de memória e identidade, visto que grande parte dos espaços frequentados pela classe trabalhadora foram destruídos. Somado a isso, não houve a construção de qualquer espaço de escuta, de valorização, de acolhimento de milhares de pessoas que foram responsáveis pelo ciclo produtivo e de crescimento da cidade. Há, portanto, um cenário com várias camadas de violência, de opressão, de luto e de esquecimento, e que não é fácil de ser revertido.

Portanto, através dos projetos aqui apresentados, e de outras iniciativas anteriores, emergem as narrativas contra-hegemônicas, protagonizadas pelas pessoas que trabalharam nesses espaços, fornecendo a sua visão sobre o passado e sobre a história local. Defendemos que o patrimônio, e os museus, são espaços propícios para a reversão desse cenário de desvalorização, esquecimento e opressão, por fazerem parte de sua função social e do papel que esses locais deveriam ter na comunidade. Entretanto, sabemos que esse é um processo longo, repleto de nuances, subjetividades e particularidades, mas que é imprescindível que, para que ele se concretize, as memórias da classe trabalhadora (e de outros grupos) sejam devidamente ouvidas, valorizadas e respeitadas.

Essa seria a etapa inicial, o primeiro passo, para que a nível individual, e coletivo, essas pessoas consigam ressignificar sua história, sua contribuição social, política, econômica e cultural e, assim, melhorarem sua autoestima e lutarem por condições mais justas na sociedade. Trata-se de promover o direito à memória, pois a memória da classe trabalhadora “recusa calar-se” (CANDAU, 2012, p. 125), mas ainda não foi devidamente escutada. Recordar e narrar são necessidades humanas, necessárias para o processo crítico, para a identidade e para *ser e estar* no mundo.

Afinal, como esperar que a comunidade rio-grandina se aproprie do patrimônio institucionalizado e dos museus, se ela não está devidamente representada nessa narrativa hegemônica? Apesar da colonização luso-açoriana, outros grupos étnicos e culturais também estão presentes e possuem

grande contribuição para a cultura local. Continuar enfatizando apenas uma pequena parte da história rio-grandina, é continuar contribuindo para o esquecimento e a desvalorização de sua diversidade, que privilegia uma pequena parcela da sociedade.

Se o patrimônio também pode ser compreendido como “aquilo que nos faz parte, que contém um pouco de nós; aquilo que aquece o coração” (BRULON, SCHEINER, 2010, p. 18), como relegar o patrimônio industrial (material e imaterial) ao esquecimento ou em detrimento da classe dominante, visto que ele é tão representativo e afetivo para a comunidade? Por fim, percebemos que a grande adesão da população local para com nossos projetos é um importante indicativo da demanda local por espaços de escuta e valorização dessas vivências e seus patrimônios.

Almejamos que a curto, médio e longo prazo essas ações se multipliquem e que seja possível concretizar um cenário museológico e patrimonial mais diverso, inclusivo, democrático e representativo da comunidade local. Os benefícios desse cenário são inúmeros, e envolvem diferentes segmentos da sociedade, pois uma comunidade que se sente valorizada, representada e reconhecida como agente histórico relevante e indispensável, pode construir a cidade que quer viver. Essas são algumas das reflexões e contribuições realizadas por meio das nossas pesquisas, projetos e diálogos com a comunidade, amparadas pela chamada virada decolonial do patrimônio.

Referências Bibliográficas

CARNEIRO, Anita N. **Caminhos da ditadura em Porto Alegre**: educação em direitos humanos a partir dos lugares de memória em uma cidade educadora (Porto Alegre/RS). Dissertação (Mestrado) em História - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2023.

CHAGAS, Mário. Memória e Poder: dois movimentos. **Cadernos de Sociomuseologia**, n. 19, 2002.

COSTA, Vanessa Avila. **Tecendo narrativas sobre o cotidiano de mulheres operárias na Fábrica Rheingantz**: materialidades, memórias e caminhos para

uma musealização colaborativa. Qualificação de Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pelotas, 2024.

FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. Os fios da memória: fábrica Rheingantz entre passado, presente e patrimônio. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, v. 19, n. 39, p. 69-98, junho 2013.

FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. Patrimônio industrial: lugares de trabalho, lugares de memória. **Revista Museologia & Patrimônio**, v. 2, n. 1, jan./jun. 2009, p. 22-35.

FIGURELLI, Gabriela; RIBEIRO, Diego; MESSIAS, Andréa. Memória, Senilidade e Museu: o caso do Museu Histórico de Morro Redondo-RS. **Publ. UEPG Appl. Soc. Sci.**, Ponta Grossa, 24 (2): 133-144, maio/ago. 2016.

GONÇALVES, José. Reginaldo. **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

GONÇALVES, José Reginaldo. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 28, n. 55, p. 211-228, jan./jun. 2015.

GUTFREIND, Ieda. **A historiografia rio-grandense**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992.

MARTINS, Solismar Fraga. **Cidade do Rio Grande**: industrialização e urbanização (1873-1990). Rio Grande: Editora da FURG, 2016.

MATOSO, Caroline. União das Mulheres Rio-grandinas: a participação feminina no movimento operário de Rio Grande (década de 1950). Blog: **Caminho Fabril**: patrimônio industrial da cidade do Rio Grande, 2024. Disponível em: <https://caminhofabrilrg.wixsite.com/site/post/uni%C3%A3o-das-mulheres-rio-grandinas-a-participa%C3%A7%C3%A3o-feminina-no-movimento-oper%C3%A1rio-de-rio-grande-d%C3%A9cad>

MENESES, José Newton C. Todo patrimônio é uma forma de história pública? In: MAUAD, Ama Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (orgs.) **Que história pública queremos?** São Paulo: Letra e Voz, 2018.

MILLION, Tara. Developing an Aboriginal archaeology: receiving gifts from the White Buffalo Calf Woman. In: **Indigenous Archaeologies**: Decolonizing theory and practice, editado por Smith, C. & H. M. Wobst. Abingdon/ New York: Routledge. pp: 39-51. Trad. Sarah Schimidt, 2005.

NERY, Olivia Leal. **Santos & C.: a história da fábrica através do seu biscoito**: produção, venda, consumo e musealização. Tese de Doutorado em História, Pontifícia Universidade Sul, Católica do Rio Grande do Porto Alegre, 2020.

PAULITSCH, Vivian. **Rheingantz**: Uma Vila Operária em Rio Grande. Editora da FURG, Rio Grande, RS, 2008.

PEDROSO, Ticiano Duarte. Entre o apito e o cheiro de peixe: história, cotidiano e sociabilidades no bairro Cidade Nova. In: XXVI **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, 2011, São Paulo. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História [São Paulo], 2011.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Como e por que fomentar uma história pública latino-americana? In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (org.). **Que história pública queremos? / What public do we want?**. São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 307-321.

SANTOS, Myriam Sepúlveda. **A escrita do passado em museus históricos**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006

SILVA, Rogério. **O valor econômico do patrimônio cultural: o caso da fábrica Rheingantz em Rio Grande – RS**. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural), Universidade Federal de Pelotas, 2012.

SPERANZA, C. Memórias em disputa: uma reflexão acerca da construção das lembranças operárias. **Revista Historiar**, [S. l.], v. 15, n. 28, p. 7–23, 2023.

THIESEN, Beatriz. Invisibilidade, memória e poder: a identidade imigrante e a construção da paisagem da cidade – Rio Grande (RS). **Revista Métiis: História & Cultura**. v. 8, n. 16, 2009.

THIESEN, Beatriz V.; COSTA, Vanessa Avila. Existimos e resistimos: arqueologia como ação política e a valorização de memórias subalternizadas. **Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, v. 17, n. 1, jan/jun, 2023.

TRAMASOLI, Felipe B. **Arqueologia da cidade cinza: paisagem e discurso na cidade do Rio Grande**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Arqueologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2015.

WICHERS, Camila. Museologia, feminismos e suas ondas de renovação. **Museologia & Interdisciplinaridade**. Universidade de Brasília, v. 7, n. 13, 2018.